



Dona Bilina - RJ

História:

O Quilombo Dona Bilina localiza-se na região conhecida como Rio da Prata, no bairro de Campo Grande, Zona Oeste do município do Rio de Janeiro. Parte de seu território encontra-se atualmente nos limites do Parque Estadual da Pedra Branca, na vertente norte do Maciço da Pedra Branca. O Maciço da Pedra Branca constitui um dos principais complexos montanhosos da cidade, abrangendo vasta área de remanescentes de Mata Atlântica e vales historicamente ocupados por populações rurais, agricultores familiares e comunidades tradicionais, configurando um espaço marcado pela convivência entre práticas agrícolas seculares e políticas de conservação ambiental.

A comunidade mantém, historicamente, forte relação com os moradores da vertente sul do Maciço, especialmente da região de Vargem Grande, em razão do intenso e contínuo contato comercial, social e cultural, que deu origem a laços de parentesco, trocas de saberes e circuitos de sociabilidade entre as duas áreas.

A história do Rio da Prata está vinculada à ocupação colonial de Campo Grande — região então denominada “terras além de Irajá” — iniciada no século XVI, com a formação de grandes e pequenas propriedades rurais voltadas à agricultura de subsistência. Esse processo deu origem a um campesinato formado majoritariamente por populações negras e mestiças, resultantes de relações inter-raciais entre agricultores e agricultoras em diferentes condições jurídicas, fossem pessoas escravizadas, libertas ou livres. Além da presença de colonos de origem europeia, registrou-se também uma forte presença indígena na região, cuja população foi amplamente submetida à escravização desde os primeiros momentos da ocupação portuguesa.

Ao longo dos séculos, essa comunidade campestre construiu uma identidade local própria, profundamente vinculada à terra, ao meio ambiente e aos saberes tradicionais transmitidos entre gerações. Agricultores e agricultoras que produziram — e ainda produzem — nos morros e na baixada do Maciço da Pedra Branca, articulando-se historicamente contra diferentes formas de opressão colonial e pós-colonial, constituíram a base social e histórica do que hoje se reconhece como o Quilombo Dona Bilina.

A permanência das famílias no território, associada ao uso coletivo da terra, ao trabalho agrícola de subsistência e à transmissão intergeracional de conhecimentos, consolidou formas próprias de organização social, produtiva e territorial. A formação social da comunidade apresenta características inter-raciais, expressas nas relações familiares, culturais e comunitárias, que conformaram uma identidade coletiva baseada na convivência, na solidariedade e na permanência histórica no território. Esses elementos atendem aos critérios estabelecidos pelo art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição

Federal de 1988, regulamentado pelo Decreto nº 4.887/2003, especialmente no que se refere à autoidentificação, à ancestralidade negra e à relação coletiva com o território tradicionalmente ocupado.

Esse aspecto identitário motivou a Associação de Agricultores Orgânicos da Pedra Branca (Agroprata), criada entre 2001 e 2003, a solicitar o reconhecimento do território como remanescente quilombola, ressaltando a continuidade histórica das práticas agrícolas, culturais e sociais da comunidade. Em 2017, o Quilombo Dona Bilina recebeu a certificação da Fundação Cultural Palmares, marco fundamental no processo de reconhecimento institucional.

O reconhecimento ocorre em um contexto de disputas territoriais e socioambientais, sobretudo em razão da sobreposição parcial do território quilombola com os limites do Parque Estadual da Pedra Branca, criado pelo Decreto-Lei nº 2.377, de 28 de junho de 1974. Essa sobreposição gerou tensões relacionadas ao uso e ao manejo tradicional da terra, especialmente no que diz respeito às práticas agrícolas, ao cultivo de subsistência e ao uso de recursos naturais, reforçando a importância do reconhecimento institucional para a garantia dos direitos territoriais, culturais e ambientais da comunidade.

Um dos aspectos centrais da vida comunitária de Dona Bilina é a preservação e valorização de seu patrimônio etnobotânico, expresso nos saberes tradicionais relacionados ao cultivo, uso e manejo de plantas alimentares e medicinais. Esses conhecimentos, transmitidos oralmente ao longo de gerações, integram o modo de vida da comunidade. Rezadeiras, erveiros, agricultores e moradores mais velhos desempenham papel fundamental na manutenção desses saberes, utilizando plantas tanto na alimentação quanto na medicina tradicional.

Nesse contexto, destaca-se a criação da horta comunitária, especialmente a partir de 2020, durante a pandemia de COVID-19, como espaço de produção de alimentos saudáveis, fortalecimento da segurança alimentar e salvaguarda dos saberes agroecológicos. A horta consolidou-se também como espaço pedagógico, terapêutico e cultural, promovendo o intercâmbio de conhecimentos entre gerações, a conscientização ambiental e a produção de remédios caseiros, xaropes, chás e pomadas, além do fortalecimento dos laços identitários da comunidade.

Como desdobramento dessas iniciativas, foi realizado um inventário etnobotânico participativo, coordenado pelo Ecomuseu Quilombo Dona Bilina, que identificou dezenas de espécies vegetais utilizadas no território, registrando nomes populares, formas de uso e funções terapêuticas, alimentares e simbólicas. Esse inventário contribuiu de maneira significativa para o reforço identitário da comunidade, a valorização de seus patrimônios culturais e ambientais e a divulgação de sua história e memória a partir da perspectiva de seus próprios moradores.

O nome Dona Bilina constitui uma homenagem a uma rezadeira, parteira e lavradora negra, moradora do Vale da Virgem Maria, cuja trajetória simboliza a história de muitas mulheres e famílias da região. Seus descendentes permanecem no território, cultivando a terra, preservando saberes tradicionais e produzindo resistências cotidianas. Assim, a história de Dona Bilina confunde-se com a própria história da comunidade, marcada pela profunda relação com a floresta, pela agricultura familiar de subsistência, pelos saberes tradicionais, pelas memórias da escravidão, pelas ameaças de remoção e pelo permanente desejo de permanecer nos lugares de memória, afeto e identidade.

A afirmação contemporânea da identidade quilombola de Dona Bilina está, portanto, diretamente vinculada à valorização de sua memória coletiva, à preservação de seus saberes tradicionais, à relação histórica com o território e aos processos de reconhecimento institucional, reafirmando o território como espaço de reprodução social, cultural, ambiental e histórica da comunidade.

Município / Localização: Rio de Janeiro

Estágio no processo e regularização territorial: Certificada pela Fundação Cultural Palmares em 14/02/2017 - Processo: 01420.014760/2014-20.

Referência:

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento administrativo para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 nov. 2003.

CARVALHO, Leonídia Insfran de Oliveira et al. Patrimônio etnobotânico do Quilombo Dona Bilina: conhecer, usar e preservar. *Cadernos de Agroecologia*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 1-7, 2024. Anais do XII Congresso Brasileiro de Agroecologia. ISSN 2236-7934.

ECOMUSEU QUILOMBO DONA BILINA. *Quilombo Dona Bilina*. Disponível em: <https://ecomuseuquilombodonabilina.com.br/quilombo/>. Acesso em: 13 nov. 2025.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Portaria nº 88, de 14 de fevereiro de 2017. Certidão de reconhecimento da Comunidade Remanescente de Quilombo Dona Bilina (RJ). *Diário Oficial da União*, Brasília, 2017.

OBSERVATÓRIO DAS TERRAS QUILOMBOLAS. *Dados de terras quilombolas*. Centro de Pesquisa e Iniciativas para os Direitos das Populações (CPISP). Disponível em: <https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/>. Acesso em: 17 jan. 2026.

QUILOMBO DONA BILINA. Dona Bilina (@quilombodonabilina). Perfil oficial no Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/quilombodonabilina/>. Acesso em: 13 jan. 2026.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto-Lei nº 2.377, de 28 de junho de 1974. Cria o Parque Estadual da Pedra Branca. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1974.

Redação: YABETA, Daniela. Quilombo Dona Bilina (RJ). IN: Atlas do Observatório Quilombola.

Observatório Quilombola. KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 06 de janeiro de 2026.

Pesquisa(s): Caio Lima; Daniela Yabeta; Maria Eduarda Goulart

Mais informações: Daniela Yabeta é professora de História do Brasil no curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS - Erechim) - Coordenadora do Observatório de História da Fronteira Sul (OHF-Sul)

Url: <https://koinonia.org.br/atlasquilombola/comunidades/RJ/dona-bilina/4555>

Verbete atualizado em 17/01/2026